

Orçamentos Familiares

2010/2011

Aumentou a importância relativa das despesas em habitação nos orçamentos das famílias

A despesa anual média dos agregados familiares foi de 20 391€, em 2010/2011, de acordo com os resultados definitivos do Inquérito às Despesas das Famílias 2010/2011. As despesas com habitação, com transportes e com produtos alimentares representaram, neste período, 57% da despesa anual média dos agregados familiares. A concentração das despesas naquelas três classes manteve o perfil da estrutura da despesa da década anterior, embora com aumento da importância relativa nas despesas com habitação (19,8% em 2000 e 29,2% em 2010/2011) e um decréscimo das despesas com produtos alimentares (de 18,7% em 2000 para 13,3% em 2010/2011).

O rendimento líquido total anual médio, em 2009, foi de 23 811€ por agregado familiar, correspondendo 19 201€ (80,6%) a rendimento monetário e 4 610€ (19,4%) a rendimento não monetário.

A publicação "Inquérito às Despesas das Famílias 2010/2011", divulgada hoje, integra os resultados estatísticos relativos à estrutura das despesas e distribuição dos rendimentos, dos agregados familiares, residentes em Portugal.

Este inquérito integra a série de dados estatísticos sobre orçamentos familiares, implementada pelo Instituto Nacional de Estatística desde a década de 60, contribuindo para a informação da UE designada por *Household Budget Survey*.

Os resultados do IDEF 2010/2011 baseiam-se numa amostra representativa dos agregados familiares residentes no País, com estratificação regional, e cujo objetivo principal é o apuramento da estrutura das despesas familiares de acordo com a Classificação do Consumo Individual por Objetivo (COICOP), concorrendo, deste modo, para a atualização dos ponderadores do Índice de Preços no Consumidor e para as estimativas de Consumo Privado das Contas Nacionais.

A informação estatística, apresentada na publicação, encontra-se organizada em cinco temáticas: os agregados familiares de acordo com diferentes características socioeconómicas, no capítulo 1; a despesa anual média por agregado familiar, no capítulo 2; o rendimento médio por agregado familiar, no capítulo 3; o rendimento por adulto Orçamentos Familiares – 2010/2011



Inquérito às Despesas
das Famílias 2010/2011

Edição 2012

equivalente, a pobreza e a desigualdade, no capítulo 4; e alguns indicadores de conforto, no capítulo 5. O capítulo 6 apresenta de forma detalhada a metodologia de amostragem e a estimação dos resultados.

Despesas em habitação mantiveram tendência crescente do seu peso relativo; despesas com alimentação registaram comportamento inverso

De acordo com o IDEF 2010/2011, a despesa total anual média dos agregados familiares era de 20 391€, estimando-se que 29,2% daquele valor correspondia a despesas em habitação (5 958€), 14,5% em transportes (2 957€) e 13,3% em produtos alimentares e bebidas não alcoólicas (2 703€).

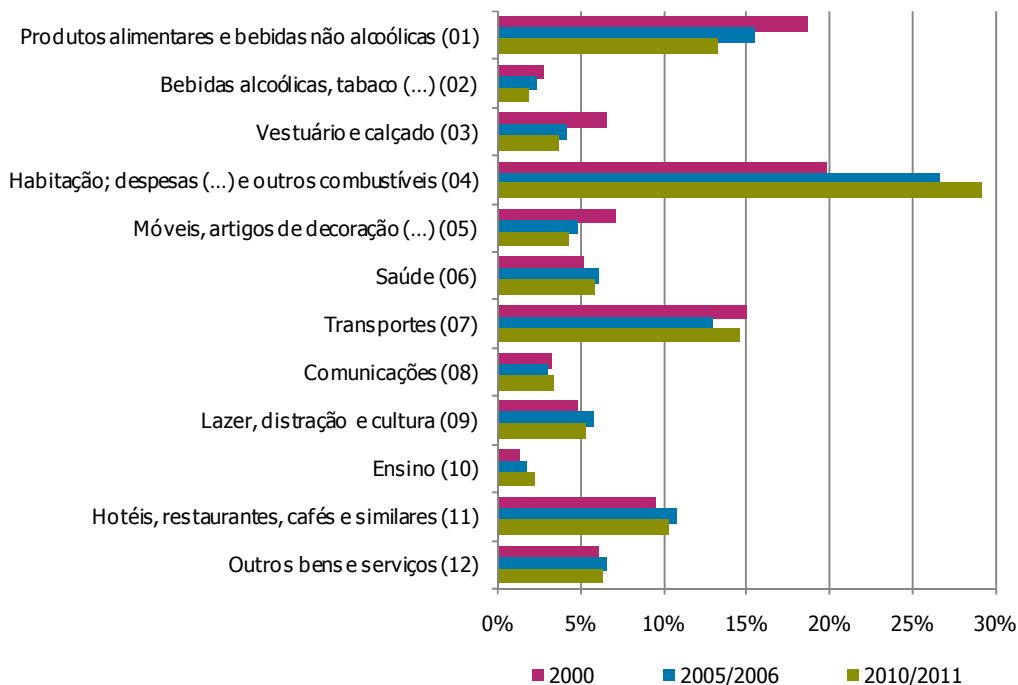
Despesa total anual média por agregado e divisões da COICOP, Portugal, 2010/2011



A concentração das despesas nestas classes manteve o perfil da estrutura da despesa das famílias da década anterior, verificando-se, porém, um acréscimo do peso das despesas com habitação, despesas com água, eletricidade, gás e outros combustíveis de quase 10 pontos percentuais (de 19,8% em 2000, para 29,2% em 2010/2011). Em sinal contrário, na mesma década, as despesas com produtos alimentares diminuíram de 18,7% (em 2000) para 13,3% (em 2010/2011).

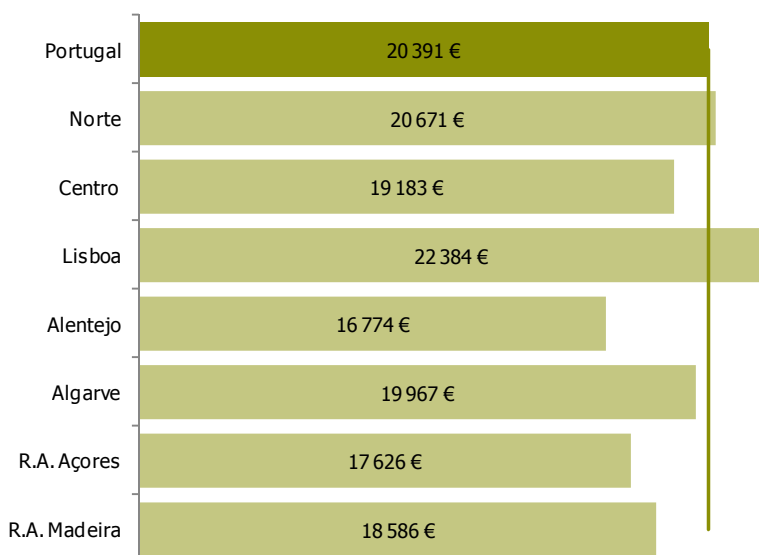
As despesas com móveis, artigos de decoração, equipamento doméstico e despesas correntes de manutenção da habitação, com vestuário e calçado e com bebidas alcoólicas e tabaco, prosseguiram, em 2010/2011, a tendência decrescente, em termos relativos, face aos resultados de 2000.

Estrutura da despesa total anual média por agregado, por divisões da COICOP, Portugal, 2000, 2005/2006, 2010/2011



Despesa anual média mais elevada na Região de Lisboa

Despesa total anual média por agregado, NUTS II, 2010/2011



Para as famílias residentes na região de Lisboa registava-se uma despesa total anual média (22 384€) superior à média nacional (20 391€). O valor da despesa total anual média, por família, na região Norte (20 671€) era também superior à média global.

Na região do Alentejo, o valor da despesa média por agregado situou-se em 16 774€, menos 3 617€ do que a média do país. Para as regiões autónomas dos Açores e da Madeira, com 17 626€ e 18 586€ verificavam-se, também, níveis de despesa inferiores à média nacional.

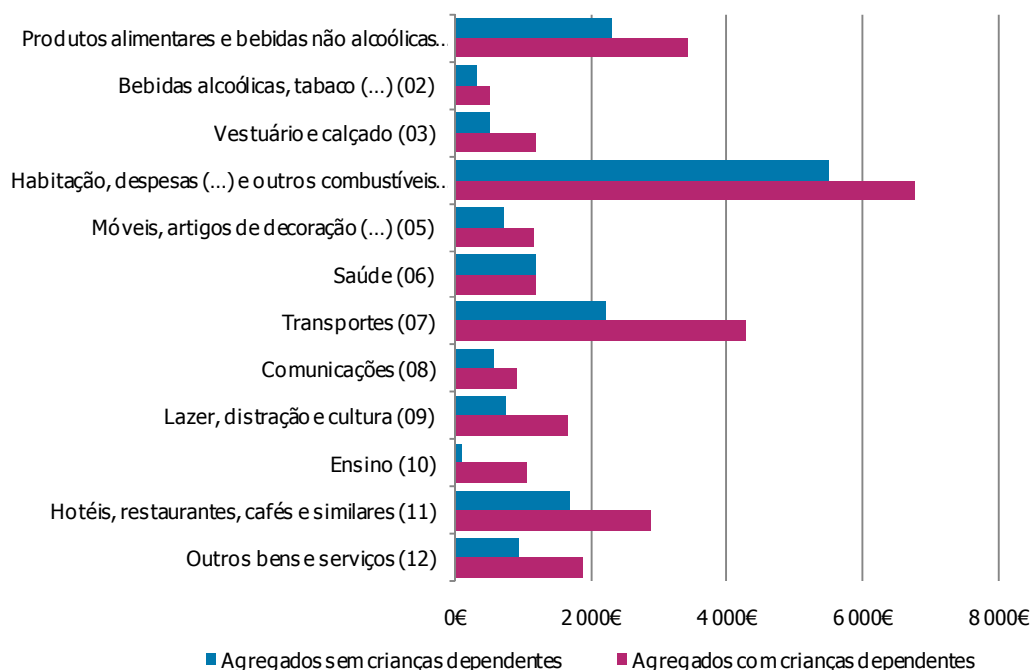
A distribuição da despesa total anual média seguia um padrão idêntico em cada região NUTS II, nomeadamente nas principais componentes da COICOP (despesas em habitação, com transportes e com produtos alimentares).

As áreas predominantemente urbanas apresentavam padrões de consumo semelhantes aos do total do país. Nestas, o conjunto das despesas com habitação (29,1%), com transportes (14,1%) e com produtos alimentares (12,5%) perfaziam cerca de 56% da despesa média anual das respetivas famílias. Para as áreas predominantemente rurais observava-se uma maior concentração das três principais componentes da despesa, com 63,2% da despesa total anual média, evidenciando-se a importância relativa das despesas com produtos alimentares (16,6%) em comparação com a das áreas predominantemente urbanas.

A despesa anual média dos agregados com crianças dependentes foi superior (60%) à dos agregados sem crianças dependentes

A despesa total anual média dos agregados com crianças dependentes, em 2010/2011, situou-se em 26 775€, ou seja, 31% acima da média global (20 391€) e 60% acima da média dos agregados familiares sem crianças dependentes (16 705€).

Despesa total anual média por agregado, por divisões da COICOP, nos agregados familiares com e sem crianças dependentes, Portugal, 2010/2011



Em termos absolutos, a despesa média dos agregados com crianças dependentes era superior, em todas as divisões da COICOP, face aos que não tinham dependentes a cargo, verificando-se as maiores diferenças nas despesas em *Ensino*, com gastos de cerca de dez vezes mais nos agregados com dependentes (1 028€ face a 102€ nos agregados sem crianças), mas também nas despesas com *Vestuário e Calçado* (1 189€ face a 507€, respetivamente), *Lazer, distração e cultura* (1 648€ face a 740€), *Transportes* (4 276€ face a 2 196€) e *Outros bens e serviços* (1 881€ face a 928€), com valores de cerca de duas vezes superiores. Nas despesas com *Saúde* constatava-se, por outro lado, um valor muito

próximo nos dois tipos de agregado familiar em análise (1 190€ nos agregados com crianças dependentes e 1 184€ nos que não tinham crianças).

O rendimento monetário representou 80,6% do rendimento total líquido anual médio das famílias

O rendimento líquido anual médio, por agregado familiar, em 2009, era de 23 811€, ou seja, uma média de 1 984€ mensais, de acordo com os resultados do IDEF 2010/2011.

O rendimento monetário líquido (19 201€) representava 80,6% do rendimento total líquido das famílias, correspondendo os restantes 19,4% ao rendimento não monetário (4 610€), composto pelo autoconsumo e autoabastecimento, autolocação (rendas subjetivas) e recebimentos gratuitos ou a título de salário.

Os rendimentos do trabalho representavam 54,5% do rendimento total e constituíam a principal fonte de rendimento em todas as regiões NUTS II. No conjunto dos rendimentos de trabalho, os auferidos por conta de outrem (11 378€ em média) eram sete vezes superior aos rendimentos por conta própria (1 593€ em média). Os rendimentos de pensões, com uma média de 4 943€ por agregado familiar, representavam cerca de 21% do rendimento total anual médio.

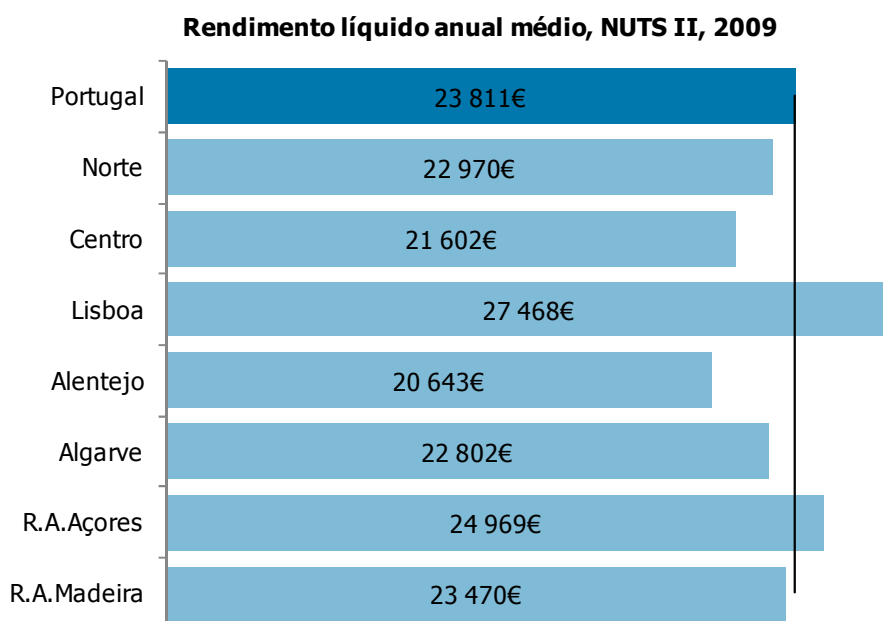
Entre as componentes do rendimento não monetário destacavam-se os valores atribuídos a autolocação (ou rendas subjetivas, i.e., o valor de renda estimado pelos agregados proprietários da residência principal ou usufrutuários de alojamento gratuito de residência principal) que representava mais de 75% do rendimento não monetário, e cerca de 15% do rendimento total anual.

Tal como para a despesa média total anual, na região de Lisboa registava-se o valor mais elevado de rendimento líquido total anual médio por agregado (27 468€) e na região do Alentejo o valor mais baixo (20 643€).

O rendimento médio anual dos agregados com crianças dependentes, com 29 740€, era superior em 46% ao rendimento médio dos agregados sem crianças dependentes (20 386€).

Todavia, considerando os rendimentos por adulto equivalente, aquela disparidade entre agregados com e sem crianças dependentes esbatia-se, registando os agregados sem crianças dependentes (14 015€) um rendimento médio ligeiramente superior ao das famílias com crianças (13 518€), e, em ambos os casos, um valor próximo do rendimento total anual médio por adulto equivalente para o total do país (13 750€).

Orçamentos Familiares – 2010/2011



Para os agregados sem crianças dependentes, a presença de pelo menos um indivíduo idoso implicava um rendimento familiar mais baixo.

Tomando, ainda, como base o rendimento total por adulto equivalente (13 750€) apurado pelo inquérito para 2009, verifica-se um aumento real de 4,5% face ao valor de 13 162€ para 2005, registado no IDEF 2005/2006. Numa análise por decis do rendimento entre estes dois anos (2005 e 2009) verifica-se que o acréscimo relativo do rendimento dos vários decis não é homogéneo, sendo tanto mais significativo quanto mais baixa é a posição das famílias e dos indivíduos ao longo da escala dos rendimentos.

Rendimento total anual por adulto equivalente (a preços de 2009) por decis

unidade	2005 ^a	2009	Variação
	€		%
1º Decil	4 112	4 515	9,8%
2º Decil	6 057	6 603	9,0%
3º Decil	7 352	7 905	7,5%
4º Decil	8 597	9 059	5,4%
5º Decil	9 767	10 316	5,6%
6º Decil	11 134	11 777	5,8%
7º Decil	12 869	13 627	5,9%
8º Decil	15 391	16 084	4,5%
9º Decil	20 026	20 687	3,3%
10º Decil	36 278	36 894	1,7%
Total	13 162	13 750	4,5%

^a valores a preços de 2009

Fonte: Inquérito às Despesas das Famílias 2005/2006 e 2010/2011

Região de Lisboa com maior nível de desigualdade

Considerando o rendimento total, constata-se que a incidência da pobreza variava de forma significativa entre as diversas regiões do país. A Região Autónoma dos Açores, com uma taxa de risco de pobreza de 17,9% (ou seja, cerca de três pontos percentuais acima da média nacional), era em 2009 a região com maior proporção de população detendo um rendimento total por adulto equivalente inferior à linha de pobreza. Na Região Autónoma da Madeira, Alentejo e Norte verificavam-se igualmente taxas de pobreza superiores à média nacional. Para as regiões do Centro, Lisboa e Algarve registavam-se taxas de risco de pobreza mais baixas do que para o conjunto do país.

Uma análise das desigualdades regionais evidencia uma situação diferenciada. A região de Lisboa apresentava o maior nível de desigualdade do rendimento total por adulto equivalente, sendo a única com um coeficiente de Gini (37,1%) superior à média nacional.

Indicadores de desigualdade e de pobreza (rendimento monetário e não monetário), por NUTS II, 2009

unidade: %

	Taxa de risco de pobreza	Coefficiente de Gini
Norte	15,3	31,3
Centro	14,6	29,7
Lisboa	14,2	37,1
Alentejo	16,1	29,2
Algarve	11,3	28,4
R.A. Açores	17,9	32,1
R. A. Madeira	16,1	29,9
Total	14,8	33,2

Fonte: Inquérito às Despesas das Famílias 2010/2011

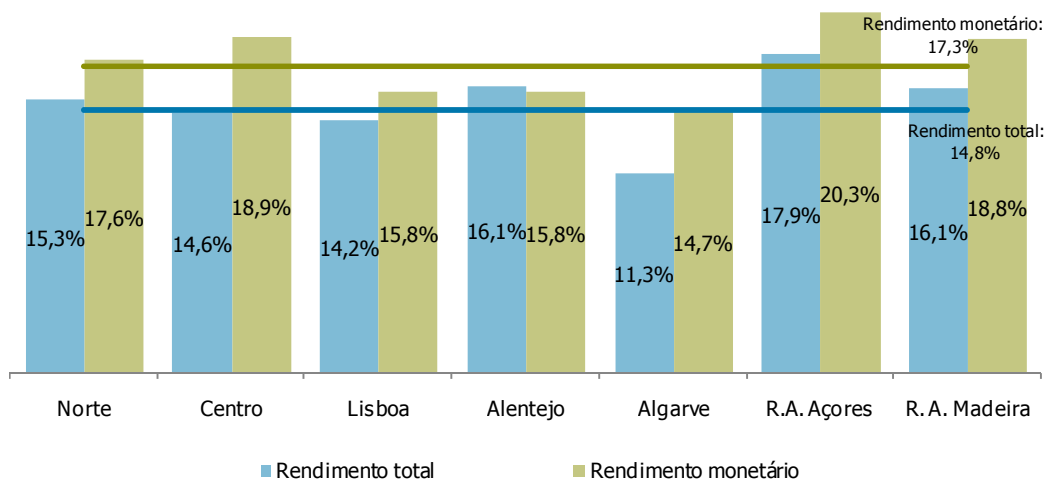
Rendimento não monetário reduz em 2,5 pontos percentuais a taxa de risco de pobreza

A consideração dos rendimentos não monetários, com um peso de 19,4% no rendimento total das famílias, permitia uma redução na desigualdade em três pontos percentuais quando medida pelo coeficiente de Gini e de 2,5 pontos percentuais na taxa de risco de pobreza estimados para 2009.

A redução da desigualdade resultante da consideração dos rendimentos não monetários repercutia-se de forma muito semelhante em todas as regiões do país, com reduções próximas dos três pontos percentuais no coeficiente de Gini para a generalidade das regiões. Quando incluídos os rendimentos não monetários, na região do Alentejo a redução na desigualdade correspondia a 2,4 pontos percentuais, enquanto que para o Centro se estimava uma redução de 3,6 pontos percentuais.

Contrariamente ao que se verificava com o nível de desigualdade, o impacto redutor dos rendimentos não monetários sobre a taxa de risco de pobreza era significativamente diferente nas várias regiões. As regiões do Centro e do Algarve eram as regiões onde o rendimento não monetário apresentava o maior efeito na diminuição da taxa de pobreza.

**Taxa de risco de pobreza por NUTS II, 2009
(rendimento total e rendimento monetário)**



Nota metodológica

O IDEF - Inquérito às Despesas das Famílias 2010/2011, realizado entre março de 2010 e março de 2011, constitui a edição mais recente da série de inquéritos quinzenais sobre orçamentos familiares (IOF) iniciada na década de 60.

O desenvolvimento destes inquéritos visa em primeiro lugar a atualização periódica da estrutura das despesas da população residente no país, pilar fundamental para a manutenção do cabaz de bens e serviços utilizado no Índice de Preços do Consumidor. Foram também recolhidos dados sobre o rendimento disponível monetário e não monetário dos agregados familiares e alguns indicadores de conforto básico.

Para o IDEF 2010/2011 foi selecionada uma amostra aleatória estratificada e multietápica, representativa dos agregados familiares residentes em alojamentos não coletivos no território nacional.

O dimensionamento da amostra utilizou a estratificação por NUTS II e critérios associados aos erros relativos de amostragem a priori, cujo cálculo se baseou num conjunto de dados sobre despesa monetária recolhidos em 2005/2006. De modo a cumprir os critérios de dimensionamento pré-estabelecidos, a amostra nacional foi constituída por 16 815 alojamentos, tendo sido distribuídos de forma uniforme ao longo das 26 quinzenas que constituem o período de inquirição.

A amostra foi selecionada aleatoriamente em cada NUTS II a partir da Amostra-Mãe 2001, cujas áreas corresponderam às unidades primárias. Em cada unidade primária foi selecionada uma amostra de alojamentos familiares de residência principal.

A recolha de dados no Continente e na Região Autónoma dos Açores efetuou-se de acordo com o calendário planeado, i.e. entre 1 de março de 2010 e 27 de fevereiro de 2011, sendo que no caso da Região Autónoma da Madeira a recolha iniciou-se apenas no final de março de 2010 devido aos constrangimentos inerentes ao temporal de fevereiro, terminando a 27 de março de 2011.

A taxa de respostas global corresponde ao quociente entre o número de entrevistas conseguidas e válidas (9 489) e a dimensão da amostra (16 815), ou seja, 56%. Considerando em denominador apenas os alojamentos elegíveis e contactados (14 032), obtém-se uma taxa de respostas específica de 68%.

A recolha das despesas em bens e serviços de consumo corrente concretiza-se através do inventário diário de todas as despesas feitas por cada família selecionada durante uma quinzena. O IDEF 2010/2011 utilizou pela primeira vez o registo informático na recolha das despesas em bens e serviços de consumo corrente, em resultado da integração da Nomenclatura COICOP (cerca de 14 mil produtos) na aplicação informática do inquérito, no sentido de se obterem ganhos de qualidade, de proximidade local e temporal na relação entrevistador/família. Os restantes dados, em particular os relativos a despesas não correntes, a rendimentos e bens de conforto, foram recolhidos através de entrevista direta assistida por computador (CAPI, ou *Computer Assisted Personal Interview* em inglês).

Os dados sobre despesas de bens ou serviços cuja classificação de acordo com a COICOP está associada a um período de referência quinzenal, mensal ou trimestral, foram anualizados através da aplicação de um fator multiplicativo que têm em conta o número de períodos no ano: 26 no caso da periodicidade ser quinzenal, 12 no caso da periodicidade mensal, e 4 no caso de consumos a que está associada periodicidade trimestral.

Os resultados estimados foram obtidos a partir da aplicação dos ponderadores de agregado familiar. Estes permitem reproduzir as condições reportadas pelos respondentes para o conjunto de famílias residentes em Portugal, de acordo com pressupostos de semelhança em termos de região, grau de urbanização, dimensão familiar e características dos indivíduos (sexo, grupo etário, nível de escolaridade) que constituem os agregados. No cálculo destes ponderadores foi introduzido um fator para a correção das não respostas, sendo que as fontes de informação utilizadas para as variáveis de calibragem foram os resultados provisórios dos Censos 2011, e ainda os resultados do ICOR 2010 para a estrutura das classes de nível de escolaridade.

Os resultados apresentados baseiam-se em despesas totais (englobando quer as despesas monetárias, quer as despesas não monetárias), e correspondem a despesas anuais médias, ou seja, médias anuais por agregado familiar.

A despesa total é composta pela soma da despesa monetária com a despesa não monetária, sendo que a componente monetária refere-se a todas as compras de bens e serviços, no país ou no estrangeiro, quer sejam para consumo imediato pelo agregado, oferta ou armazenamento, abarcando um período de referência retroativo até aos 12 meses anteriores. As compras são avaliadas pelo seu valor total independentemente do modo ou momento do pagamento. A despesa não monetária abrange o autoconsumo (bens alimentares e outros de produção própria), o autoabastecimento (bens ou serviços obtidos sem pagamento em estabelecimento explorado pelo agregado), a autolocação (autoavaliação pelos agregados proprietários ou usufrutuários de alojamento gratuito de valor hipotético de renda de casa), recebimentos em géneros e salários em espécie.

O Rendimento Total é composto pela soma do Rendimento Monetário com o Rendimento não Monetário. O rendimento Monetário Líquido inclui os rendimentos obtidos pelos agregados através de cada um dos seus membros, provenientes do trabalho (por conta de outrem e conta própria), de propriedade e capital, de pensões (nacionais ou provenientes do estrangeiro), de outras transferências sociais (apoio à família, à habitação, ao desemprego, doença e invalidez, educação e formação, inclusão social) e de outras transferências privadas (de agregados domésticos privados e outras transferências n.e.), aos quais foram deduzidos os impostos sobre o rendimento e as contribuições para regimes de proteção social. O rendimento não monetário coincide com a despesa não monetária. Os dados sobre rendimento recolhidos no IDEF 2010/2011 referem-se ao ano de 2009.

O rendimento por adulto equivalente obtém-se dividindo o rendimento de cada agregado pela sua dimensão em termos de adultos equivalentes, utilizando a escala de equivalência modificada da OCDE. A escala de equivalência modificada da OCDE atribui, dentro de cada agregado, um peso de 1 ao primeiro adulto de um agregado; 0,5 aos restantes adultos (14 e mais anos) e 0,3 a cada criança.

Coefficiente de Gini: indicador de desigualdade na distribuição do rendimento que visa sintetizar num único valor a assimetria dessa distribuição. Assume valores entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 100 (quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo).

Taxa de risco de pobreza: proporção da população cujo rendimento equivalente, após transferências sociais, se encontra abaixo da linha de pobreza. A linha de pobreza relativa é o limiar do rendimento abaixo do qual se considera que uma família se encontra em risco de pobreza. Este valor foi convencionado pela Comissão Europeia como sendo o correspondente a 60% da mediana do rendimento por adulto equivalente de cada país.

No contexto deste inquérito são consideradas crianças dependentes os indivíduos com menos de 15 anos, bem como os indivíduos entre 15 e 24 anos economicamente dependentes.